

Fórum África-Américas 2024 sobre a China

Resumos das Sessões Plenárias e de Grupos de Discussão

Pelo segundo ano consecutivo, a Universidade Internacional da Flórida (FIU) reuniu 23 especialistas e mais de 100 participantes da África, América Latina e Caribe para comparar e contrastar como a República Popular da China se envolve em ambas as regiões. O tema deste ano foi "Transregionalismo", onde os participantes buscaram identificar e desenvolver novos marcos e metodologias para estudar o engajamento da RPC no Sul Global. Os participantes vieram de instituições como a Universidade Howard, o Instituto de Estudos Avançados de Yale, FLACSO Argentina, Universidade de Witwatersrand (África do Sul), Universidade de Pretória (África do Sul), Universidade Internacional dos EUA (Quênia), o Centro África-China de Relações Internacionais, o Global China Hub do Atlantic Council e o Instituto de Paz dos EUA.

Sessão Plenária: Metodologias/Marcos para o Transregionalismo

Em suas observações de abertura, o Diretor Associado do Instituto Gordon da FIU, Leland Lazarus, enfatizou a necessidade de marcos para estudar a influência transregional da China, especialmente considerando as jovens populações da África e América Latina, a riqueza de recursos e os laços históricos compartilhados. Paul Nantulya (Centro Africano de Estudos Estratégicos) observou que já existem mecanismos que conectam os dois continentes (como o Fórum de Comércio e Investimento Afri-Caribenho e o FOCAC/CELAC) e que esses mecanismos podem ser aproveitados para compartilhar melhores práticas.

O painel plenário, com a participação da Dra. Tatiana Carayannis (Instituto de Estudos Avançados), Dr. Bob Wekesa (Universidade de Witwatersrand), Dra. Pavithra Jayawardena (Universidade de Colombo) e Dr. Mengshu Zhan (Universidade de Joanesburgo e Universidade Howard), apresentou perspectivas críticas sobre a pesquisa transregional, discutindo como os estudos de área podem limitar uma compreensão abrangente da influência da China. O fato de que alguns acadêmicos do Sul Global que estudam a China não passaram um tempo significativo vivendo na China ou não falam chinês também distorce as perspectivas locais sobre o país. Além disso, mais universidades na África e na América Latina e Caribe deveriam criar departamentos de Estudos Chineses e/ou Estudos Asiáticos para formar a próxima geração de acadêmicos que realmente compreendam essa relação.

Sessões de Grupos de Discussão:

Lidando com a Dívida

O painel "Lidando com a Dívida" examinou a evolução das dinâmicas dos empréstimos chineses na África e América Latina. Henry Tugendhat, do Instituto de Paz dos EUA, e Yufan

Huang, da Universidade de Cornell, forneceram insights sobre as tendências de empréstimos chineses, desafios e o futuro da diplomacia da dívida. Bancos chineses, particularmente o Banco Exim da China, continuam a apoiar projetos de infraestrutura na África, embora o financiamento do Banco de Desenvolvimento da China tenha diminuído desde 2016.

Recentemente, bancos privados chineses entraram cautelosamente nos mercados de dívida da África, sinalizando uma mudança no cenário. Projetos como a Barragem Kakuta Cabeza, em Angola, exemplificam os investimentos significativos da China em infraestrutura, enquanto países africanos, como Zâmbia e Angola, esforçam-se para reformar suas práticas de gestão de dívida, centralizando o controle para garantir transparência.

No entanto, o financiamento chinês enfrenta vários desafios. Muitos países africanos têm dificuldades com planejamento econômico e corrupção, enquanto projetos de infraestrutura frequentemente resultam em dívidas insustentáveis. Por exemplo, os investimentos de Laos em projetos de barragens desnecessários aumentaram os encargos da dívida sem geração de receita adequada, e, sem um alívio robusto da dívida, essas crises permanecem sem solução. A diplomacia da dívida da China também enfrenta obstáculos com o reescalonamento bilateral, levantando debates internos sobre sua sustentabilidade e as implicações para as relações diplomáticas, particularmente quando países como Angola buscam repetidamente alívio. O envolvimento gradual da China em marcos financeiros multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), também levanta questões estratégicas, especialmente diante de disputas sobre o poder de voto, que afetam as dinâmicas de reestruturação da dívida em nível global.

A sessão abordou as estratégias de dívida da China, especificamente sua dependência do reescalonamento bilateral em vez de marcos multilaterais como o Clube de Paris. Embora essa abordagem ofereça uma vantagem diplomática, o reescalonamento bilateral repetido levou a perdas financeiras e levantou preocupações sobre sua viabilidade a longo prazo. Além disso, a estratégia de empréstimos garantidos por recursos, historicamente preferida pelos bancos chineses, nem sempre provou ser confiável, como demonstrado pelos calotes da Venezuela em empréstimos garantidos por petróleo.

Um desafio único nas práticas de empréstimo da China é a fragmentação institucional. Ao contrário das estruturas centralizadas de gestão da dívida das nações do G7, os bancos chineses operam com coordenação limitada, muitas vezes lidando com negociações de forma independente. Isso levou a inconsistências na gestão da dívida, e foram feitas comparações com a abordagem estruturada do Japão, que poderia oferecer lições para a China enquanto adapta suas práticas.

Os bancos chineses também enfrentaram uma curva de aprendizado acentuada para proteger seus investimentos, já que mecanismos tradicionais, como contas de garantia (escrow), não impediram calotes. Para proteger seus interesses, os bancos chineses agora buscam garantias soberanas para o financiamento de projetos. Também há um interesse crescente em cofinanciamento com entidades multilaterais, como o Banco Mundial, pois o risco compartilhado pode melhorar a viabilidade dos projetos e resolver problemas de empréstimos a longo prazo.

Em resposta à percepção de que o financiamento chinês é predatório, o orador argumentou que a maioria dos empréstimos chineses são estruturados comercialmente, com termos semelhantes aos de outros credores internacionais. No entanto, continuam os apelos por maior transparência, instando a China a esclarecer suas práticas de empréstimo e permitir uma avaliação mais equilibrada de seu papel nos mercados globais de dívida.

Olhando para o futuro, o fórum sugeriu que a China poderia reduzir seus empréstimos para projetos de infraestrutura de alto risco, a menos que sejam estabelecidos melhores mecanismos de gestão de risco. Apesar dos desafios, as necessidades de infraestrutura da África são imensas, criando uma demanda contínua por financiamento externo. A sessão destacou o potencial da China para adotar condições concessionais e fortalecer a cooperação multilateral para atender às necessidades da África de forma sustentável.

A discussão concluiu com ênfase na compreensão das dinâmicas da dívida africana e nas implicações das estratégias de dívida da China nessas economias. Se a China refinar sua abordagem, aprendendo com experiências como a do Japão, poderá contribuir para um ambiente financeiro mais estável para os países africanos. A necessidade de maior engajamento multilateral e transparência será essencial para que a China mantenha seu papel no desenvolvimento da região, contrariando percepções errôneas sobre suas práticas de empréstimo enquanto apoia um crescimento sustentável na África e América Latina.

Cadeias de Suprimentos Seguras e Minerais Críticos

A sessão "Cadeias de Suprimentos Seguras e Minerais Críticos" focou na geopolítica dos minerais críticos, especialmente nos papéis da China e dos EUA na África e América Latina. Christian Geraud Neema, do projeto China-Sul Global, iniciou discutindo a necessidade de as nações africanas alinharem sua compreensão sobre minerais críticos, cruciais para as transições tecnológicas e de energia verde. Atualmente, as nações africanas carecem de uma estratégia coesa, com muitos países não controlando ou lucrando diretamente com seus recursos devido à propriedade estrangeira no setor de mineração. Isso é exacerbado pelo domínio da China em minerais, especialmente o lítio, com investimentos significativos na Argentina e no Chile, que servem como centros essenciais para a produção de lítio. As empresas chinesas utilizam investimentos brownfield, evitando os projetos greenfield mais arriscados, e frequentemente adquirem empresas locais de forma incremental para controlar as operações minerais.

A influência da China não se limita à África, mas se estende pela América Latina, particularmente na Argentina, onde domina a extração de lítio. Em 2024, 65% das exportações de lítio da Argentina foram para a China, com empresas estatais chinesas adquirindo gradualmente a propriedade total de projetos-chave. A Dra. Juliana Gonzalez Jauregui, da FLACSO Argentina, destacou que o domínio da China no mercado de lítio — liderando no refino, produção de baterias e componentes — fortalece sua posição na cadeia de suprimentos para energia renovável e veículos elétricos (VE). Essa dependência tem implicações

ambientais, pois operações chinesas sem supervisão na América Latina muitas vezes impactam negativamente as comunidades locais. Gonzalez apontou que, enquanto o Chile tenta industrializar seu setor de mineração de forma independente, países como a Bolívia carecem dos recursos e da estabilidade para fazê-lo.

A conversa também abordou o papel da tecnologia na cadeia de valor dos minerais críticos. A inteligência artificial (IA) e as grandes tecnologias são vistas como ferramentas potenciais para otimizar as operações, embora Neema tenha argumentado que a África deve se posicionar dentro da cadeia de suprimentos para aproveitar plenamente seus recursos. No entanto, o setor tecnológico da África atualmente carece de desenvolvimento além da extração, e muitos dos processos de valor agregado ocorrem fora do continente. Tanto Neema quanto Gonzalez concordaram que o aumento de financiamento para pesquisa e desenvolvimento (P&D) na África e América Latina poderia ajudar essas regiões a capturar mais valor de seus recursos, potencialmente reduzindo a dependência de investimentos estrangeiros e fortalecendo a autonomia tecnológica.

Ao abordar os desafios ambientais e regulatórios associados aos minerais críticos, os palestrantes compararam as abordagens de investimento dos EUA e da China. Os EUA têm sido cautelosos, preferindo investimentos guiados pela inovação, enquanto a China avançou agressivamente nos mercados de minerais estrangeiros. Neema argumentou que os investimentos dos EUA poderiam competir melhor com a China ao adotar a inovação e fornecer opções de financiamento alternativas para as nações africanas.

A sessão destacou os desafios de avançar na cadeia de valor por meio da produção de produtos acabados. Atualmente, os países africanos focam amplamente na extração, com iniciativas limitadas para estabelecer indústrias de manufatura como a fabricação de baterias ou a gestão de recursos por meio de IA. Construir um setor de IA ou tecnologia na África exigiria um investimento substancial em P&D, o que poderia mudar o papel da região nas transições tecnológicas globais. No entanto, alcançar isso requer superar a competição entre os países africanos e latino-americanos, pois cada um busca liderar a cooperação em minerais. Por exemplo, um acordo de 2022 entre a Zâmbia e a China para criar uma cadeia de valor do lítio falhou devido a disputas de propriedade.

A discussão concluiu com reflexões sobre os subsídios globais para mineração, que complicam o comércio dentro de mercados regulados como os dos EUA e da UE. Essas regulamentações muitas vezes deixam os países latino-americanos presos como fornecedores de matérias-primas, incapazes de capturar valor a partir de processamentos adicionais. Apesar do interesse global em minerais críticos, os investimentos privados continuam focados na América Latina, devido aos riscos percebidos como maiores na África.

Em resumo, a sessão destacou a necessidade urgente de que as nações africanas e latino-americanas desenvolvam estratégias coerentes para minerais, invistam em P&D e construam indústrias locais. Embora a competição muitas vezes ofusque a cooperação, alianças estratégicas e aumento de financiamento em projetos orientados pela tecnologia poderiam capacitar essas regiões a ganhar influência nas cadeias de suprimentos globais, abordando

tanto os desafios econômicos quanto de sustentabilidade ambiental apresentados pelo setor de minerais críticos.

Clima e Meio Ambiente

A sessão "Mudança Climática e Proteção Ambiental" examinou os desafios e oportunidades da sustentabilidade ambiental na África e América Latina, enfatizando o impacto das mudanças climáticas, da extração de recursos e da competição global por minerais críticos. Esta discussão destacou a importância da experiência local para compreender as dinâmicas transregionais e como a China e os EUA se envolvem de maneira diferente nessas regiões. César Gamboa (Derecho Ambiente y Recursos Naturales no Peru), a Dra. Mónica Núñez Salas (Universidade de Minnesota) e Kennedy Manduna (Universidade de Witwatersrand, África do Sul) destacaram a necessidade de pesquisas comparativas para identificar padrões nos investimentos da China na África e América Latina, observando, no entanto, que tais análises podem simplificar questões complexas.

A sessão explorou a influência das mudanças climáticas e da extração de recursos nos sistemas sociais e ambientais. Por exemplo, a demanda por lítio do "Triângulo do Lítio" (Bolívia, Argentina e Chile) colocou pressões ambientais sobre terras indígenas e comunidades locais. Na Amazônia, o desmatamento e os incêndios pioraram devido às demandas das cadeias de suprimento globais, ao consumo de carne e à limpeza de terras. Tais pressões têm ramificações ambientais e sociais, alimentando problemas como o tráfico de pessoas ao longo de corredores de desenvolvimento, como a Rodovia Interoceânica do Sul. Outro exemplo é o Peru, onde as prioridades econômicas às vezes entram em conflito com as proteções ambientais devido às indústrias extrativas e às demandas das cadeias de suprimento globais.

Os recursos africanos desempenham um papel crucial na transição energética global, com mais de 50% dos depósitos de minerais críticos do mundo localizados na África. Minerais como o cobre, essencial para a tecnologia verde, são principalmente extraídos na República Democrática do Congo e na Zâmbia. Em meio às tensões geopolíticas entre os EUA e a China, a competição por esses recursos se intensificou, pois ambas as superpotências buscam garantir cadeias de suprimento para tecnologias digitais e verdes. No entanto, a África enfrenta o desafio de extrair valor desses recursos enquanto evita práticas exploratórias.

O fórum propôs recomendações de políticas para capacitar os países africanos em negociações com potências globais. Essas recomendações incluíram a defesa de uma revisão das regulamentações da Organização Mundial do Comércio (OMC) para apoiar o nacionalismo de recursos, a criação de clusters regionais de minerais e a mudança de práticas extrativas para modelos mais sustentáveis e benéficos. Foi encorajado que a África passe de uma posição de "tomador de regras" para uma de "criador de regras", desenvolvendo políticas que priorizem o controle de recursos, práticas sustentáveis e benefícios econômicos a longo prazo. Fortalecer políticas para regulamentar a mineração artesanal e de pequena escala (ASM), abordar a dupla tributação e considerar o cancelamento da dívida como uma forma de

reparação ecológica também foram recomendados para aumentar a autonomia da África nos mercados globais de minerais.

A sessão concluiu enfatizando a necessidade de a África estabelecer uma equipe especializada de negociadores com profunda experiência nos mercados de minerais críticos. Com políticas claras e capacitadoras, os países africanos podem equilibrar melhor o nacionalismo de recursos e o investimento direto estrangeiro (IDE) para garantir um futuro sustentável e próspero. Além disso, o fórum ressaltou a necessidade de colaboração entre países africanos e latino-americanos na construção de estruturas para proteção ambiental e gestão de recursos, garantindo que os ganhos econômicos não venham à custa da degradação ambiental ou da desigualdade social.

Segurança e Aplicação da Lei

O painel "Aplicação da Lei e Segurança" destacou a crescente influência da cooperação em segurança da China no Panamá e tendências semelhantes na África. Alonso Illueca (Universidade Santa María la Antigua, no Panamá) afirmou que, após o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Panamá e a China em 2017, a China iniciou projetos de segurança significativos, incluindo um Centro de Operações de Segurança e Emergência equipado com tecnologia avançada de vigilância, semelhante aos sistemas usados em Shenzhen e Xinjiang, na China. Isso levantou preocupações sobre privacidade e direitos humanos, pois essa tecnologia poderia ser usada para vigilância autoritária. A influência da China na aplicação da lei no Panamá inclui um tratado de extradição pendente e acordos de deportação, que carecem de salvaguardas legais robustas, gerando temores de violações de direitos humanos. Além disso, a importância estratégica do Panamá, com ativos como o Canal do Panamá e os investimentos de infraestrutura crítica da China, o posiciona no centro de uma competição geopolítica mais ampla entre os EUA e a China.

Arhin Acheampong (Centro Afro-Sino de Relações Internacionais) e Paul Nantulya (Centro Africano de Estudos Estratégicos) destacaram preocupações de que grupos criminosos ligados à China e o acesso a dados por meio de colaborações em cibersegurança possam comprometer a segurança nacional do Panamá. Eles também fizeram paralelos com a África, onde a influência da China cresceu por meio do treinamento de pessoal de segurança, da exportação de tecnologia de vigilância e de acordos de extradição. As iniciativas de Cidades Seguras da China na África refletem as experiências do Panamá, gerando debates semelhantes sobre privacidade e autoritarismo. Os palestrantes concluíram enfatizando que tanto as nações africanas quanto as latino-americanas deveriam compartilhar ideias e estratégias para gerenciar a influência chinesa, com foco em aprimorar a governança democrática, a transparência e a proteção dos direitos humanos na segurança e na aplicação da lei. A rivalidade entre os EUA e a China por influência representa desafios significativos, e a pesquisa cooperativa entre essas regiões poderia fortalecer suas respostas às pressões externas.

Tecnologias Emergentes (IA, Espaço)

A sessão "Tecnologias Emergentes" examinou os avanços da China em inteligência artificial (IA), cibersegurança e exploração espacial, além das implicações dessas tecnologias para as nações africanas e latino-americanas. Moderada pelo Dr. Donavon Johnson (Universidade Internacional da Flórida), com insights do Major-General John Wharton (Universidade Internacional da Flórida) e do Dr. Mnyandu Phiwokuhle (Universidade Howard), a sessão enfatizou o foco da China na IA e cibersegurança, ambas consideradas prioridades nacionais pelo Partido Comunista Chinês (PCC). A disposição da China em priorizar a segurança nacional sobre a privacidade individual impulsionou o desenvolvimento de tecnologias robustas de vigilância, que estão sendo cada vez mais implementadas domesticamente e exportadas para países ao redor do mundo, muitas vezes em regiões de baixa governança. Wharton destacou que outras nações deveriam alinhar seus padrões de IA e cibersegurança com normas globais, em vez de adotar o modelo da China, que integra a tecnologia em mecanismos de controle estatal.

A discussão também abordou o conceito de "soberania digital" como um objetivo central para a China, que busca exercer controle sobre as informações digitais tanto dentro de suas fronteiras quanto nos países com os quais colabora. O modelo estratégico de engajamento internacional da China abrange três níveis: parceria, parceria estratégica e parceria de cooperação estratégica, permitindo diferentes graus de influência nas infraestruturas digitais e de dados estrangeiras. Os painelistas observaram que a exportação de tecnologia da China para países com baixa capacidade frequentemente deixa essas nações dependentes dos sistemas e padrões chineses, o que pode ter implicações para sua soberania de dados. Essa realidade destaca a necessidade de os países africanos aprimorarem suas capacidades regulatórias para gerenciar efetivamente os investimentos tecnológicos estrangeiros.

Outro ponto central foi o progresso significativo da China no espaço, marcado por realizações como pousos lunares, exploração de Marte e o desenvolvimento de uma estação espacial. Os investimentos da China em ativos espaciais — como satélites para GPS, comunicações e inteligência — ilustram seu interesse estratégico em estabelecer domínio no domínio espacial. Os painelistas ressaltaram a lacuna na regulamentação internacional para a guerra espacial, o que poderia abrir o espaço para agressões não controladas e ciberataques. Essa realidade gera preocupações para países ao redor do mundo, especialmente aqueles com capacidades espaciais limitadas. A sessão instou os países africanos a desenvolverem expertise em tecnologia espacial, defendendo uma reforma dos sistemas educacionais para promover uma compreensão mais profunda das tecnologias emergentes.

O fórum também destacou a necessidade de uma IA ética e enfatizou a ideia de que "quem controla os dados será rei", sublinhando a importância da soberania e do controle de dados. Em conclusão, a sessão chamou as nações africanas a investirem estrategicamente em educação tecnológica, estruturas regulatórias e parcerias multilaterais para evitar a dependência excessiva de uma única potência estrangeira para sua infraestrutura tecnológica

crítica. Essa estratégia, juntamente com os esforços para estabelecer soberania e controle de dados, posicionaria melhor os países africanos para navegar nas mudanças geopolíticas e tecnológicas impulsionadas pela crescente influência da China em IA, cibersegurança e espaço.

Desinformação e Mídia

O painel "Desinformação e Mídia" explorou a influência da China nas narrativas globais da mídia, nas estratégias de desinformação e nas iniciativas de poder brando na África e América Latina. Margaret Myers (Diálogo Interamericano), María Montt (Pontifícia Universidade Católica do Chile), Parsifal D'Sola (Fundação Andrés Bello) e a Dra. Hlengiwe Dube (Universidade de Pretória, África do Sul) discutiram como a China adapta suas mensagens internacionais, traduzindo estrategicamente frases para evitar conotações políticas e apresentando-se como uma nação amiga em desenvolvimento. Essa abordagem é apoiada por uma rede doméstica de centros de comunicação internacional da China, estabelecida em 26 províncias desde 2023, para promover narrativas favoráveis em todo o mundo. Esses centros colaboram com a mídia local para impulsionar uma agenda pró-China, espalhando eficazmente propaganda sob a aparência de um intercâmbio cultural benigno.

Hlengiwe Dube observou a crescente presença de conteúdo tanto dos EUA quanto da China na África, refletindo uma competição geopolítica mais ampla. Historicamente, o relacionamento da China com a África evoluiu de um apoio a movimentos anticoloniais para a prioridade a parcerias econômicas e comerciais, especialmente em setores críticos de mineração. No entanto, a falta de transparência em relação aos detalhes e ao impacto dos projetos de mineração chineses na África levantou preocupações. Essa opacidade se estende ao panorama mais amplo das relações China-África, onde os vínculos econômicos muitas vezes não são examinados publicamente, deixando as populações locais sem informações sobre as implicações dos projetos de extração de recursos.

A influência da China na América Latina e no Caribe (ALC) também foi discutida, destacando o crescente engajamento da região com a Ásia. Estudantes da ALC e da África estão cada vez mais atraídos pelas universidades chinesas, refletindo o uso eficaz do poder brando educacional da China para promover relacionamentos de longo prazo. As plataformas de mídia social, especialmente o TikTok, também surgiram como ferramentas importantes para moldar a imagem da China. Por exemplo, influenciadores populares da ALC e da África são convidados à China, onde criam conteúdo mostrando as atrações do país, contribuindo para uma imagem favorável da China no exterior. Essa estratégia de envolver influenciadores nas redes sociais ajuda a China a alcançar diretamente públicos jovens, evitando os canais tradicionais de mídia que podem retratá-la de maneira menos favorável.

O painel abordou o papel da opinião pública na definição de investimentos estrangeiros e projetos de desenvolvimento, particularmente na América Latina, onde protestos e dissidência pública têm atrasado ou interrompido projetos apoiados pela China. A mídia local e ocidental

desempenha um papel crucial nessas dinâmicas, muitas vezes moldando a percepção pública e influenciando a viabilidade dos projetos. Países como a Colômbia, conscientes de sua dependência de investimentos chineses, enfrentam desafios significativos para equilibrar os interesses nacionais com as pressões externas.

Foi discutido o uso da "participação preventiva" pela China, destacando como ela enquadra seus projetos de extração de recursos em termos de desenvolvimento sustentável e mutuamente benéfico, embora essas iniciativas sejam muitas vezes vistas como oportunistas. As organizações da sociedade civil e as organizações de base são vitais para monitorar esses projetos, mas sua influência varia conforme a transparência da mídia e a postura do governo local em relação aos investimentos estrangeiros. Essa lacuna permitiu, em algumas ocasiões, que a China assumisse o controle de setores críticos com supervisão pública limitada.

A sessão concluiu observando que a estratégia midiática sofisticada da China a posicionou como um investidor pragmático e um aliado cultural para as nações em desenvolvimento. Seu sucesso em moldar as narrativas midiáticas na África e América Latina, combinado com investimentos estratégicos e campanhas com influenciadores, exemplifica um modelo sofisticado de poder brando que ressoa com os públicos do Sul Global. No entanto, persistem preocupações sobre transparência, influência midiática e responsabilidade pública, especialmente à medida que a China continua expandindo sua presença nessas regiões. Essa influência crescente destaca a importância de fomentar uma mídia independente e uma governança transparente para garantir que as populações locais estejam informadas sobre as implicações a longo prazo dos investimentos chineses.

Discussão Aberta/Reflexões Finais

Por fim, os participantes destacaram o valor dos estudos comparativos e das perspectivas transregionais, que poderiam informar futuras parcerias e iniciativas acadêmicas. Um participante da Tanzânia mencionou a necessidade de aumentar a conscientização local sobre as atividades da RPC, enfatizando que o jornalismo e os dados são fundamentais nesse esforço. Os participantes destacaram o papel único do Fórum África-Américas em promover esses diálogos interregionais e demonstraram entusiasmo pelo fórum presencial do próximo ano.